

Os eventos de 11 de setembro estão completando 10 anos. Neste período muita coisa mudou: aumentaram os controles em nome da “segurança pública”, os USA já não representam a potência hegemônica no mundo, o povo árabe foi eleito o inimigo público número um e as atrocidades encontram-se cada vez mais legitimadas.

Nestes tempos de conformismos, vale a pena ler esta brilhante análise sobre os fatos que trouxeram o futuro e seus desdobramentos para o presente.

### **11 de Março: Terrorismo, Desejos de Massa e Liberdade**

*" É preciso começar a perder a memória, ainda que se trate de fragmentos desta, para perceber que é esta memória que faz toda a nossa vida. Uma vida sem memória não seria uma vida, assim como uma inteligência sem possibilidade de exprimir-se não seria uma inteligência. Nossa memória é nossa coerência, nossa razão, nossa ação, nosso sentimento. Sem ela, não somos nada."*

Luis Buñuel, Meu último suspiro.

Primeiro foram aviões transformados em bombas cronometradas e certas atingindo alvos simbólicos norte-americanos como o Pentágono, o World Trade Center e fracassando num suposto terceiro monumento. Foi um terrível programa de televisão ao vivo exibindo mortes de civis. Era 11 de setembro de 2001. Dois anos e meio depois, 11 de março de 2004, também pela manhã, quando os trabalhadores se dirigem para seus empregos, bombas acionadas por telefones celulares explodem vagões de trens em três estações madrilenhas matando várias pessoas. A televisão comparece e edita o drama em telejornais, em intervenções diretas, alardeando que o ato terrorista atingiu não só espanhóis, mas pessoas comuns de todos os lugares do planeta que moram na Espanha. Madri também é cosmopolita como Nova Iorque. A guerra ao terrorismo se desdobrou. A resposta imediata aos grupos terroristas islâmicos acusados dos ataques aos Estados Unidos veio com a declaração de guerra ao Afeganistão. Mais tarde, com apoio de Estados europeus, dentre eles o espanhol, mesmo contra a opinião dos eleitores cidadãos, fez-se guerra ao Iraque. Afinal, é bom

lembrar que o Estado moderno, por meio de seus dirigentes democraticamente eleitos, representa os cidadãos livres e se preserva dos plebiscitos que poderiam levar à instauração da tirania.

As empreitadas guerreiras inicialmente vitoriosas, como no Afeganistão, deram a impressão que desta vez os exércitos dos Estados extinguiriam o terrorismo. O grande trio formado pelos Estados Unidos, Inglaterra e Espanha, magníficos condutores nestes últimos seiscentos anos do modo civilizado de viver pelo planeta, acreditou ser possível a guerra de extermínio ao terrorismo.

Sabemos desde as investidas terroristas anarquistas, no final do século XIX, na Europa, que se havia atingido um limite. Incurções deste tipo tendiam ao fracasso e acabavam fortalecendo o próprio Estado. Os anarquistas, então, abandonaram a prática terrorista, sem esmorecer suas rebeldias. Mesmo assim, diversos outros grupos sociais, pretendendo transformar-se em civilizados e independentes Estados, passaram a utilizar o terrorismo para atingir este objetivo. Intentavam, também, acusar os limites intransponíveis colocados pelo Estado moderno relativos na assimilação de todas as populações habitantes no território. O povo não é, enfim, produto da identidade entre grupos, classes, etnias, raças ou culturas, nem tampouco da vontade de paz.

O Estado-nação é uma forma histórica uniformizadora de diversas populações levada a cabo por um grupo cultural dominante, que subordina e uniformiza os demais segundo seus padrões, numa denominação geral chamada povo. Portanto, povo e Estado-nação não dizem respeito à vida consensual e pacífica num território, mas à administração política dos conflitos. Povo e Estado não vivem apenas das práticas institucionais em que se posicionam forças adversárias (os partidos políticos, os grupos de apoio, pressão e influência) que rivalizam nos governos. Vivem, também, os transbordamentos que reafirmam terrorismos.

Pela Europa, IRA e ETA tornaram-se movimentos de contestação, com práticas terroristas, aos Estados inglês e ao espanhol, com mais duradoura permanência, afirmando suas convicções em buscar uma forma de Estado independente. De certa

maneira ETA e IRA, relacionam-se com os Estados nacionais como Estados ilegais e sem legitimidade. Mas se eles são os remanescentes mais noticiados de uma época próxima, no século XX, diversos grupos adversários do Estado nacional, em todos os continentes usaram do terrorismo para denunciar ditaduras e discriminações, mesmo no interior de guerras transcontinentais, procurando obter legitimidade para pleitear um Estado autônomo. O terrorismo não cessou de existir como forma de resistência ao Estado nacional, em nome de um povo, uma cultura, um ideal. Estabeleceu uma guerra intestina contra o Estado nacional denunciando sua intolerância com o que não se assemelhava a ele. Ao mesmo tempo, cada IRA e cada ETA desejava afirmar-se como identidade oposta ao outro nacional. De maneira que se pode dizer que Estado e grupos terroristas também se parecem, pois ambos não suportam o outro. Exigem que todos sejam semelhantes a quem domina. A pretendida transformação de uma população em Estado, no limite, apenas legitima a continuidade das inevitáveis relações bélicas, na medida em que o tratado de paz é a celebração do adiamento de uma nova guerra. Mantidos como estão, os terrorismos no interior dos Estados permanecem provocando guerras ilegítimas, como ficou decretado, desde o início do século XX, quando a guerra civil passou a ser considerada internamente como ilegal.

O terrorismo a partir dos episódios Nova Iorque-Madri, deslocou-se definitivamente do âmbito nacional. Trata-se, agora, de uma configuração de forças que supõe, de um lado, os Estados e seus respectivos exércitos unificados como força civilizatória de paz desenvolvendo guerras em nome da vontade da razão, e de outro, grupos que usam do Estado para afirmar uma vontade celestial. Justos e injustos, segundo as posições assumidas, jamais chegarão a um consenso. Ambos exigem o extermínio da vontade no outro; e, polidamente, chamam de combate sua vontade de dizimação.

O terrorismo que esteve vinculado ao Estado nacional foi se deslocando para um campo nômade, o da guerra desterritorializada. O terrorista islâmico, diferente do nacional não atinge mais seu Estado, mas qualquer Estado. Ele acrescenta problemas ao Estado moderno que, até então, lidava apenas com o terrorismo nacional. Diante de um ato terrorista não bastará mais o uso do chavão para culpabilizar este ou

aquele grupo. Os islâmicos provocarão também uma redefinição dos ETAs e IRAs, dando possibilidades a estes grupos de variarem o abalo ao Estado, segundo suas guerras legítimas ou não. Por certo, a influência não se reduzirá à incorporação de suas táticas de ataques a civis, pois os objetivos são opostos: os terroristas nacionais já estabeleceram um mínimo de regras em relação ao Estado, ou melhor, à União Européia; estão entrando nas linhas. Ninguém poderá afirmar que um dos efeitos dos acontecimentos de 11 de março não será uma negociação pacífica com ETAs e IRAs. Assim deseja o incorrigível democrata juramentado! O inimigo, depois, continuaria sendo para ambos (Estado moderno e agentes terroristas pacificados pela União de Estados), o outro.

Neste momento sabemos apenas duas ou três coisas sobre a massa diante de uma comoção como a ocorrida em Madri. Lá nos Estados Unidos, a guerra ao terrorismo islâmico decretada pelo governo logo após os efeitos civis do 11 de setembro, repercutiu de imediato numa quase unânime adesão ao presidente. Uma vitória esmagadora sobre o Afeganistão levou a uma nova guerra contra o Iraque em nome da defesa da civilização, da paz e da democracia, capitaneada pela vocação do povo americano de conduzir a humanidade. A guerra ao Iraque uniu três dos grandes agentes civilizatórios (Espanha, Inglaterra e Estados Unidos), mesmo contra posicionamentos de outros aliados constantes ou de última hora. Depois da vitória inicial no Iraque, a captura do tirano e umas e outras coisas, mais ou menos vitoriosas, a quase unanimidade obtida pelo presidente norte-americano começou a despencar e, hoje em dia, ele encontra-se na iminência de perder as eleições para o candidato democrata, que por sua vez jura que dará um fim ao terrorismo.

O povo espanhol demonstrou segundo sondagens, que não apoiava a guerra contra o Iraque. O governo representativo levou a cabo sua vontade de guerra; lá esteve e de lá pretendeu tirar mais do que benefícios econômicos ou humanitaristas. Até uma semana antes do domingo, 14 de março, estava com as eleições nas mãos, como indicavam as pesquisas de opinião. Na quinta-feira ocorre o atentado aos trens. O governo por meio de seus porta-vozes identifica o ETA como culpado. Mediante argumentos que levavam ao terrorismo islâmico, os defensores da direita

governamental limitavam-se a dizer que o ETA estava incorporando técnicas dos terroristas estrangeiros. Em poucas horas as evidências vieram à tona. O ETA estava descartado. Na passeata daquela 5ª feira, as televisões ainda mostravam ao mundo, mulheres idosas gritando Espanha unida, jamais será vencida. Mais uma vez, um jargão democrático (o povo unido jamais será vencido) era incorporado pela direita, em defesa da pátria espanhola, de uma suposta identidade superior, agora contra o grupo basco. A bandeira da Espanha estava de luto.

O governo achava que estava com a faca e o queijo nas mãos. As massas que apoiavam o Partido Popular, por oito anos governando, sobressaltaram-se naquele instante em que souberam que o algoz da Espanha não era o ETA. Constataram que o governo exacerbava na sua onipotência, culpando inocentes, mesmo sendo o ETA. O que era vitória esmagadora se transformou numa derrota inesperada. A massa, sob o efeito do humanitarismo imediato, deslocou-se de posição. Lembrou-se que tinha se pronunciado contra a guerra do Iraque. Algo esquecido retornou à memória. Sua adesão ao programa do Partido Popular ficou abalada. O governo que obtinha maioria esmagadora do eleitorado para governar mais uma vez, ao querer transformar o adversário (ETA) em inimigo a ser dizimado, e ao acusar e proferir a sentença, acabou apanhado pelas sendas da democracia. Um fato, um instante, uma comoção televisiva unificando dores e rancores, redirecionaram a massa. Ela se atira ao PSOE e os socialistas, surpresos, estão de volta ao governo. O que diz seu comandante? A meta é o combate ao terrorismo. Nada de novo no front, a não ser posicionar-se como adversário da intervenção no Iraque, entendida como guerra ilegítima, na medida em que a ONU não a sacramentou.

Direita e esquerda estão ao sabor das lembranças das massas colocadas, agora, por dramas terroristas. Lá na América, até a derrota do governo espanhol, o candidato democrata parece levar vantagem. Na Espanha, até o ataque terrorista aos trens, a direita seria a vencedora. Diante da tragédia, as sondagens e pesquisas de opinião, pouco têm a acrescentar; elas vivem de normalidades.

Direita e esquerda assemelham-se cada vez mais na condução dos Estados. Precisam transformar os adversários internos em inimigos. Governam os Estados

modernos sabendo que não necessitam ter outros Estados como inimigos para declarar suas guerras civilizatórias. Os seus inimigos da atualidade são os nômades terroristas, que se pretendem, também, governantes de um único Estado universal. Em nome da razão ou de Alá eles pretendem uniformizar a vida no Estado. Os anarquistas não esmoreceram em suas rebeldias, e abdicaram, de imediato, do terrorismo. Eles não pretendiam e não pretendem a uniformidade proporcionada pelo Estado (de direita ou esquerda, de democratas ou tiranos); defendem as diferenças, desterritorializações constantes, um nomadismo que não objetiva se transformar numa máquina de guerra estatal.

Rebelar-se é inevitável, diante do insuportável, do soberano. A rebeldia fala do inominável e está presente tanto em grupos libertários, quanto em terroristas. O que os distingue é a vontade de liberdade dos anarquistas diante da vontade de dominação dos terroristas (sejam eles nacionais, transnacionais ou celestiais). Uns querem o fim do soberano, das hierarquias piramidais, das autoridades centralizadas; os demais clamam por centralidades, hierarquias, o bom soberano em nome de um povo, da humanidade, em nome de Alá.

De fato, contra o terrorismo, o Estado nacional não pretendeu utilizar o diálogo, apenas guerreou. Nos tempo de agora, como atuarão os Estados internacionalizados, globalizados, diante do terrorismo transnacional e celestial? Se a prática dos Estados nacionais não se diversificar, sem dúvida, não cessarão os atos terroristas similares aos de Nova Iorque-Madri. Mas a vida não está reduzida a isso. Outra pergunta mantém-se no ar: restarão nas pessoas mais do que lembranças de experiências libertárias?

Texto publicado originalmente no **Boletim Eletrônico Hypomnematas**. Nu-Sol,  
Núcleo de Sociabilidade Libertária – PUC/SP.

<http://www.nu-sol.org/hypomnemata/hypomnematas.php>

